

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-515-0 DOI 10.22533/at.ed.150190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura e todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

SAÚDE E CIDADANIA

CAPÍTULO 1	1
(RE)ENCONTRANDO SENTIDO NOS (DES)ENCONTROS DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Henrique Carlos Santana Redman	
DOI 10.22533/at.ed.1501906071	
CAPÍTULO 2	9
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS AD	
Beatriz Holanda Macena	
Esequiel Pagnussat	
Herbênia Carmen de Lima Oliveira	
Isadora da Silva Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.1501906072	
CAPÍTULO 3	20
A TRANSFORMAÇÃO DAS TECNOLOGIAS MÉDICAS E A ORGANIZAÇÃO DA MEDICINA COMO CIÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda	
Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1501906073	
CAPÍTULO 4	31
ANOMIA JURÍDICA ENQUANTO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL	
Francisco Edmilson Dias Araújo	
Antonia Lourenny Epifanio Souza	
Francisco Fernando Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1501906074	
CAPÍTULO 5	36
TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Ferreira Gonçalves	
Eduardo Luiz Muniz Medeiros	
Ítalo Moreira Leite	
João Paulo de Paiva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906075	
CAPÍTULO 6	52
PROJETO DE INTERVENÇÃO COLETIVA: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO MÉDICA ATUAL	
Lucas Nunes Meireles	
Gabriela de Oliveira Carvalho	
Rafaela Lima Camargo	
Yolanda Schiavo Schettino de Oliveira Borges	
Roberta Mendes Von Randow	
Tatiana Vasques Camelo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906076	

CAPÍTULO 7	63
POLIOMIELITE: O FIO DA NAVALHA	
Maria Cristina Baluta	
Dircéia Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1501906077	
EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
CAPÍTULO 8	70
ESTUDAR E VIVER NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS	
Rubens da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1501906078	
CAPÍTULO 9	84
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PROESDE NA UNISUL	
Milene Pacheco Kindermann	
Rosiléia Rosa	
Ivana Marcomin	
Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa	
Flávia Wagner	
DOI 10.22533/at.ed.1501906079	
CAPÍTULO 10	95
HABILIDADES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS DA FACIG, NOS CURSOS DA ÁREA DE EXATAS	
Iara Duarte Moreira	
Laís da Silva Huebra	
Juliana Santiago da Silva	
Márcio Rocha Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.15019060710	
CAPÍTULO 11	106
IMPORTÂNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR PARA OS GESTORES/COORDENADORES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Cristina Nunes Rocha	
Andréia Almeida Mendes	
Daniel José Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060711	
CAPÍTULO 12	122
METODOLOGIA IRDI NAS CRECHES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
Ana Paula Magosso Cavaggioni	
Michelle Cristine Tomaz de Oliveira	
Miria Benincasa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060712	

CAPÍTULO 13	134
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
Cláudio Eduardo Resende Alves Magner Miranda de Souza Nilma Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.15019060713	
CAPÍTULO 14	148
O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ivana Alves Monnerat de Azevedo Mauriane Almeida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.15019060714	
CAPÍTULO 15	162
GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	
Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra Anna Jéssica do Vale Bonamigo	
DOI 10.22533/at.ed.15019060715	
CAPÍTULO 16	171
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL À DIGNIDADE HUMANA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	
Maíra Bogo Bruno Jaqueline de Paula e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.15019060716	
CAPÍTULO 17	182
PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ATIVIDADES DE ROBÓTICA EDUCACIONAL	
Angel Pena Galvão Paulo Marcelo Pedroso Pereira Andrik Guimarães Ferreira Clayton André Santos Maia Aloisio Costa Barros Irley Monteiro Araújo Juarez Benedito da Silva Alan Christian da Silva Pinheiro Alan Cristian Martins Ribeiro Marcio Juvenal Cardoso Tapajós Eunice Raimunda Vinhote de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060717	

JUSTIÇA E CIDADANIA

CAPÍTULO 18	190
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho Camila Braga Corrêa João Pedro Schuab Stangari Silva Luíza Carla Martins da Rocha Tuler Natália da Luz Mendes Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060718	
CAPÍTULO 19	202
ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: ALTERIDADE NO RECONHECIMENTO DE DIREITOS PARA POVOS INDÍGENAS	
Gabriel Moraes de Outeiro Durbens Martins Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.15019060719	
CAPÍTULO 20	213
CRIME DE VILIPÊNDIO: O DIREITO À MEMÓRIA DE PESSOAS FALECIDAS E SUA VIOLAÇÃO PELAS REDES SOCIAIS	
Lorena Almeida Vieira Rodrigo Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.15019060720	
CAPÍTULO 21	225
O PSICODIAGNÓSTICO RORSCHACH COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE JOVENS QUE COMETERAM HOMICÍDIOS	
Ana Beatrice Colares Rocha Maria das Dores Carneiro Pinheiro Patrik Hilliard Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15019060721	
CAPÍTULO 22	231
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS	
Camila Braga Corrêa Diego Henrique Damasceno Coêlho Bernardo Henrique Pereira Marcial Emmanuelle da Silva Viana Fábio da Costa Batista Gomes Julliana Victória Almeida Roberto João Pedro Schuab Stangari Silva Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060722	
CAPÍTULO 23	243
A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA E AS QUOTAS GRAVADAS POR PENHOR: A BOA-FÉ COMO LIMITE DA REALIZAÇÃO DOS HAVERES NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETIRADA	
Alicya Cordeiro Evangelista Pontes João Matias Costa Sobrinho Alessandro Barbosa de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060723	

CAPÍTULO 24	248
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho	
Camila Braga Corrêa	
João Pedro Schuab Stangari Silva	
Luíza Carla Martins da Rocha Tuler	
Natália da Luz Mendes	
Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060724	
CAPÍTULO 25	260
JUSTIÇA RESTAURATIVA, PRÁTICAS RESTAURATIVAS E CULTURA DA PAZ: PERSPECTIVAS PARA O PROCESSO REFLEXIVO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	
Nei Alberto Salles Filho	
Daniele Cristina Bahniuk Mendes	
Thais Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15019060725	
SOBRE A ORGANIZADORA	268
ÍNDICE REMISSIVO	269

METODOLOGIA IRDI NAS CRECHES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA E PRIVADA

Ana Paula Magosso Cavaggioni

Doutoranda em Psicologia da Saúde,
Universidade Metodista de São Paulo, São
Bernardo do Campo – SP.

Michelle Cristine Tomaz de Oliveira

Mestranda em Psicologia da Saúde, Universidade
Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo
– SP

Miria Benincasa

Doutora em Psicologia Humana pela Universidade
de São Paulo - USP. Docente na Pós-Graduação
Stricto Sensu em Psicologia da Saúde da
Universidade Metodista de São Paulo – São
Bernardo do Campo - SP

RESUMO: Houve um aumento significativo no número de crianças de 0 a 3 anos que frequentam Centros de Educação Infantil (CEIs), tornando-se fundamental a análise das consequências da coletivização precoce no desenvolvimento subjetivo das crianças. Este artigo descreve a experiência de acompanhamento de educadoras de bebês de 0 a 18 meses de idade, a partir da metodologia IRDI realizada em dois CEIs, um da rede conveniada e outro da rede privada, com objetivo de observar o impacto das diferenças encontradas nestas instituições em relação ao ambiente e ao cuidado com os bebês em seu desenvolvimento psíquico. Este artigo é um recorte da pesquisa Metodologia IRDI: uma intervenção com educadores a partir

da psicanálise, desenvolvida em 2012 e 2013. Analisou-se os IRDIs iniciais e finais de 17 crianças acompanhadas nessas instituições, bem como o resultado da Avaliação Psicanalítica aos 3 anos (AP3), articulando estes dados com as diferenças observadas nas duas instituições. **PALAVRAS-CHAVE:** Creche, IRDI, desenvolvimento infantil.

IRDI METHODOLOGY IN DAY CARE

CENTERS: REPORT OF AN EXPERIENCE

IN THE PUBLIC AND PRIVATE DAY CARE

CENTER

ABSTRACT: There was a significant increase in the number of children aged 0 to 3 attending Early Childhood Centers (CEIs), making it fundamental to analyze the consequences of early collectivization in the subjective development of children. This article describes the experience of accompanying educators of babies from 0 to 18 months of age, based on the IRDI methodology carried out in two CEIs, one from the network and another from the private network, in order to observe the impact of the differences found in these institutions in relation to the environment and the care of the babies in their psychic development. This article is a cut-off from the IRDI Methodology research: an intervention with educators from

psychoanalysis, developed in 2012 and 2013. We analyzed the initial and final IRDIs of 17 children followed at these institutions, as well as the result of the Psychoanalytic Assessment at 3 years (AP3), articulating these data with the differences observed in both institutions.

KEYWORD: Day care, IRDI, child development.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, encontramos em vários estados brasileiros três espaços diferentes destinados ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade: os Centros de Educação Infantil (CEIs) diretos, os CEIs conveniados e os CEIs de iniciativa privada. Como são atendidas as crianças neste contexto? Estão estas instituições em condições semelhantes de atender às necessidades destas crianças voltadas não apenas aos cuidados de saúde, higiene, segurança e educação, mas também àqueles relacionados ao desenvolvimento psíquico? O objetivo deste trabalho consiste em descrever e analisar a experiência vivida em duas instituições, um CEI conveniado e um CEI da rede pública, analisando as diferenças encontradas e os possíveis impactos na constituição subjetiva das crianças por elas atendidas.

O surgimento das creches

O surgimento das creches, hoje denominadas Centros de Educação Infantil (CEIs), iniciou na França, no século XIX, pelo padre Oberlin, com objetivo de atender às crianças pequenas provenientes das classes de baixa renda cujos pais as deixavam para longas jornadas de trabalho, muitas vezes sozinhas e desamparadas, foi partir dessa necessidade, com caráter assistencial higienista, que as creches foram surgindo ao redor do mundo (ABRAMOWICS e WASKOP, 1995; CIVILETTI, 1991).

No Brasil, as creches surgiram por volta de 1870, com objetivo não apenas de atender os filhos das mulheres que precisavam trabalhar, mas também os filhos de empregadas domésticas. Desde o seu surgimento estiveram relacionadas ao atendimento da população de baixa-renda, promovendo um trabalho de cunho essencialmente assistencial, voltado às necessidades relacionadas à alimentação, higiene, saúde e segurança das crianças das classes menos favorecidas. (OLIVEIRA, MELLO, VITORIA & ROSSETTI-FERREIRA, 1992; FARIA, 1997; CAMPOS et. al., 1993). Assim, foram criadas devido à necessidade da mulher de incorporar-se no mercado de trabalho (CATALDI, 1992).

A Constituição de 1988, concomitante ao surgimento da democracia, foi fundamental para ampliar a visão de creche prevalente até então, pois reconhece a educação de qualidade de crianças pequenas como direito da criança, opção da família e dever do Estado, sendo incluída na política educacional. Em 1996, com

a nova LDB (n. 9394/96), a creche passou a ser incluída como parte da educação infantil e responsável pelas crianças de 0 a 3 anos de idade (BRASIL, 1996).

Porém, o Estado foi incapaz de suprir a demanda da população por vagas em creches, com isso, as prefeituras criaram o projeto de creches conveniadas, sendo uma parceria estabelecida entre a Prefeitura e entidades sociais, filantrópicas ou religiosas, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas, tornando-se um ambiente de socialização e educação. (CAMPOS ET AL, 1993).

Ao longo da última década, pode-se observar um aumento significativo da inserção de crianças de 0 a 3 anos nas creches (IBGE, 2010), que permanecem por longos períodos diários nos CEIs, normalmente de 8h a 12 horas diárias (DIEESE, 2007), implicando em separações precoces e diárias do bebê de sua mãe em uma fase em que esta relação particularizada é base para a constituição psíquica do bebê (MARIOTTO, 2009; ROSEMBERG, 1989).

O bebê e a criança pequena

Pesquisas contemporâneas em neurociências vêm demonstrando como as experiências afetivas vividas pelo recém-nascido afetam tanto seu desenvolvimento emocional quanto seu desenvolvimento cognitivo (VERNY; WEINTRAUB, 2014). Da mesma forma, a psicanálise vem cada vez mais se dedicando ao estudo e compreensão das fases iniciais da vida do ser humano, devido ao reconhecimento de que as mais primitivas experiências do bebê, bem como a qualidade de suas primeiras relações, servirão de protótipo para as relações posteriores. Ou seja, as experiências originais vividas podem dar lugar a uma vida mental saudável ou a situações de sofrimento psíquico, segundo a qualidade de suas primeiras relações.

Em 1951, a partir de um estudo solicitado pela OMS, Bowlby (1988;1989) desenvolveu a teoria do apego, na qual postula a existência de uma organização psicológica interna situada no sistema nervoso central, responsável pela formação e manutenção dos laços emocionais íntimos entre indivíduos. Suas pesquisas demonstram que a propensão em estabelecer laços é considerada um componente básico da natureza humana, tal como a alimentação e o sexo, encontrando-se presente no neonato em forma germinal, quando os primeiros laços persistem e são complementados por novos, estendendo-se pela vida até a velhice.

Uma pesquisa pioneira realizada por Também René Spitz (1945), compara o desenvolvimento psicoafetivo em dois grupos distintos: um grupo de filhos de mães delinquentes, presidiárias, no qual cada mãe, apesar de suas condições, cuidava do filho durante o dia com o auxílio de uma enfermeira; e outro grupo de crianças criadas em orfanatos que recebiam cuidados de higiene e alimentação adequados para sua sobrevivência, porém carecendo de qualquer contato humano caloroso durante a maior parte do dia. Spitz (1945), observou que mesmo garantido os cuidados de higiene e alimentação, as crianças da segunda população apresentaram retardo

físico, social e intelectual, ou seja, uma deterioração progressiva que envolve toda a criança, e que mostra sinais desde muito cedo.

A base da saúde mental é estabelecida nos primórdios da infância através dos cuidados dispensados ao bebê por uma mãe “suficientemente boa”, propondo que a psique só pode originar-se dentro de um determinado enquadre, Winnicott (1978). Considera também, que os primórdios da vida do bebê são uma etapa especialmente delicada do desenvolvimento, de cujo sucesso depende o estabelecimento da saúde ou da psicose.

Dessa forma a entrada da criança na creche consiste, na maioria dos casos, a primeira separação desta de sua família. A criança é inserida em uma coletividade que lhe coloca a lei paterna, limites e uma rotina pré-existente que não considera seus desejos e necessidades individuais, em um momento muito importante de seu desenvolvimento psíquico (VASCONCELOS et al 2003).

A separação diária da mãe e sua ausência durante a maior parte do dia, o contato com pessoas novas, o ambiente novo, a mudança de rotina, a alimentação impõe ao bebê uma intensa exigência social e emocional, para a qual muitas vezes não estão preparados, tornando essa adaptação estressante para os bebês, e também pela educadora que os recebem e pela família, pois implica em reorganizações para todos os envolvidos (DAVIES & BREMBER, 1991).

Os CEIs devem estar preparados para dar continuidade à função materna que ofereceu confiança ao bebê nos primórdios de sua vida, suprindo as necessidades do bebê quando esta se encontra ausente, executando sua função não apenas através de técnicas, mas com afeto e respeito à criança que está diante de si, sendo capaz de supor no bebê a existência de um sujeito, tratando-o como tal, com direito de falar, ser ouvido e compreendido em sua condição de desenvolvimento (WINNICOTT, 1975). Os CEIs tornam-se responsáveis pela maior parte da rotina diária da criança precisando garantir que as atividades e profissionais estejam adequados para a promoção de um desenvolvimento saudável (WINNICOTT, 1983).

É evidente que o trabalho com bebês e crianças pequenas requer atenção e cuidados diferenciados daqueles praticados com as crianças maiores, assim, O que é oferecido ao bebê no ambiente de CEI? Há diferenças significativas no atendimento oferecido à população de classes sociais diferentes? Se sim, estas diferenças impactam na constituição subjetiva do bebê?

2 | DESCRIÇÃO DA PESQUISA METODOLOGIA IRDI: “UMA INTERVENÇÃO COM EDUCADORES A PARTIR DA PSICANÁLISE”

Este trabalho trata-se de um recorte da pesquisa “Metodologia IRDI: uma intervenção com educadores a partir da psicanálise” (KUPFER et al, 2012), cujo objetivo consistiu em avaliar a metodologia IRDI no trabalho de formação de

educadoras de B1 e B2 e na promoção de saúde mental em crianças de 0 a 18 meses que frequentavam instituições de educação infantil na região do ABC, sendo um da rede conveniada e outro da rede particular, durante um período mínimo de 9 meses, no qual foram acompanhadas 17 crianças através metodologia IRDI, sendo 7 frequentadoras da rede conveniada, e 10 da rede privada. Foi realizada análise da marcação dos IRDIs destas crianças, bem como da AP3 daquelas que foram sorteadas no contexto da pesquisa da qual este trabalho deriva, para verificar se estas diferenças impactaram na constituição subjetiva do bebê, partindo de um referencial psicanalítico, descrevendo e analisando as experiências vivenciadas no ambiente das duas instituições participantes.

O IRDI e a AP3 são instrumentos criados pelo Grupo Nacional de Pesquisa (GNP) a pedido do Ministério da Saúde, por meio de uma pesquisa multicêntrica, têm a finalidade de identificar precocemente sinais de entaves no desenvolvimento infantil e de risco psíquico. O IRDI contém 31 indicadores verificáveis nos primeiros 18 meses de vida da criança, baseados em quatro eixos que balizam a constituição subjetiva: suposição do sujeito, estabelecimento da demanda, alternância presença-ausência e função paterna (KUPFER; BERNARDINO; MARIOTTO, 2014). Já a AP3 consiste num roteiro orientador de entrevistas com os pais e a criança, que foi adaptado para o uso em creches. Construída com base nos 4 eixos teóricos do IRDI, possui 4 categorias que abarcam o que é esperado encontrar no funcionamento psíquico de uma criança de 3 anos de idade: o brincar e a fantasia; o corpo e sua imagem; manifestação diante das normas e posição frente à lei; a fala e a posição na linguagem (KUPFER et al., 2009).

Os registros da presença ou ausência dos IRDIs, serviam para nortear as intervenções e reuniões realizadas durante o acompanhamento em serviço, com o objetivo de fazer com que os indicadores ausentes tornassem presentes.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instituição da rede conveniada participante deste estudo é vinculada a entidades religiosas, e atende em seu espaço crianças de 0 a 10 anos. As crianças de 5 a 9 anos são atendidas no contra turno da escola que frequentam, na qual permanecessem apenas por meio-período. Já as crianças de 0 a 5 anos são atendidas em período integral. O berçário é dividido em B1 e B2, porém ambos funcionam no mesmo espaço acomodando crianças de 0 a 18 meses, sendo 7 crianças para cada educador. Durante o acompanhamento decorrente da pesquisa, havia 14 crianças, na mesma sala para duas educadoras.

O ambiente das crianças consistia em uma grande sala, na qual os berços ficavam alocados próximos a uma parede, as cadeiras de refeição em outra. Desta forma, os momentos lúdicos, de sono e alimentação ocorriam no mesmo espaço

físico.

O centro da sala tinha uma parte ocupada por colchonetes e pneus encapados para uso das crianças que ainda não se deslocavam, e outra parte sem colchonetes, livre para que as crianças que já andavam ou engatinhavam pudessem se movimentar.

Desde os primeiros dias na creche a criança era recebida na porta pelas educadoras não havendo espaço para a permanência dos pais em sala de aula durante o período de adaptação. Observou-se uma tolerância maior em relação ao uso de chupeta, paninhos ou de objetos transicionais pela criança no período de adaptação. Porém, o objetivo claro era de retirar esses objetos o mais rápido possível, por uma questão de higiene (para que as crianças não ficassem trocando de chupeta), de autonomia (eles precisavam amadurecer) e de socialização (os pertences da creche são de todos, não havendo espaço para bens pessoais).

A partir da observação e das reuniões com as educadoras foi possível verificar um padrão de rotina ao qual as crianças necessariamente precisavam se adaptar, como o horário de entrada e saída, bem como a alimentação, banho, higiene pessoal e sono. Bem como as atividades lúdicas e pedagógicas eram oferecidas em momentos específicos.

Os cuidados de higiene eram percebidos como uma parte inevitável do cuidado com o bebê e com a criança pequena, mas não como uma oportunidade de individualização da relação com o mesmo, sendo realizado, na maioria das vezes, de forma mecânica e apressada. Com algumas crianças, normalmente aquelas com as quais as educadoras mais se identificavam, ou “adotavam”, elas conseguiam exercer uma função maternante.

As 2 educadoras responsáveis demonstraram engajamento em seu trabalho e nos cuidados com as crianças, carinho e afeto pela maioria, além de compaixão pelas condições precárias em que a maioria vivia. Era clara a valorização da formação das educadoras em geral, sendo reservada a última sexta-feira do mês para participação destas em cursos oferecidos na própria instituição.

A visão assistencialista e pedagógica do papel das educadoras nos cuidados com os bebês foi predominante, modificando-se ao longo do acompanhamento em serviço.

Já a instituição particular participante deste estudo, também vinculada a uma entidade religiosa, atende crianças e adolescentes desde o berçário até o 3º ano do Ensino Médio. A construção do berçário era recente na época da pesquisa, com capacidade para atender 30 crianças de 0 a 18 meses, mas estava formado com apenas 10 crianças e 3 educadoras.

Os bebês do berçário não apresentavam horários para entrar e sair da creche, porém, a maioria dos bebês permaneciam de 9 a 12 horas no berçário, que funcionava das 7h às 19h.

O berçário desta instituição contava com um espaço dividido em 5 partes. Havia uma parte central, maior, onde ficavam os brinquedos e os espaços acolchoados

para as crianças brincarem, bem como as cadeirinhas de ninar e armários com seus pertences. Este espaço maior tinha uma divisão para quando fosse necessário separar as crianças que já andavam das que ainda não o faziam. Separado por uma porta de vidro, ficava o espaço do sono, com os berços, e dois espaços, onde ficavam as cadeiras de alimentação e a cozinha, à qual as educadoras tinham a disposição frutas, leite, biscoitos e outros alimentos específicos de cada criança para quando precisassem. E o último espaço, bem reservado e sem visibilidade para a área central, era a área do banho.

O período de adaptação somavam duas horas diárias na primeira semana e aumentava gradativamente, no qual os pais/cuidadores, permaneciam na sala, ou no ambiente da escola pelo período de estada do(a) filho(a). O uso de chupetas, paninhos e objetos de apego trazidos de casa eram permitidos e até mesmo incentivados, sendo utilizados com frequência como recurso para evitar o choro da criança, tanto no período de adaptação quanto no restante do ano letivo.

Além disso, a criança era alimentada no momento em que demonstrasse fome e de acordo com a rotina iniciada em casa, assim também era feito em relação ao período de sono. Quanto ao banho, não eram todas as crianças que tomavam banho neste berçário, apenas aquelas que permaneciam no integral ou cujas mães solicitavam e/ou autorizavam. As trocas de fraldas eram realizadas de acordo com a necessidade da criança.

Não havia momentos de atividades lúdicas pré-programadas. Os brinquedos e materiais permaneciam ao alcance das crianças, ou em prateleiras, sendo possível à mesma pegar ou solicitar à educadora o que desejava. Durante todo tempo a televisão permanecia ligada, e algumas crianças permaneciam períodos mais prolongados em frente à mesma, assistindo aos DVDs de desenhos ou clips de músicas infantis.

O acompanhamento em serviço e as reuniões mensais realizadas com as educadoras permitiu a observação de como estas se percebiam no cuidado com as crianças e estabeleciam a relação com as mesmas. Não eram oferecidos programa de formação pela instituição

Observou-se uma preocupação especial em não permitir que o bebê chorasse por muito tempo sem assistência. Tal preocupação esteve presente especialmente por dois fatores principais verbalizados pelas educadoras: 1) pelo fato do berçário estar localizado próximo à recepção do Colégio, e o choro poder ser escutado pelas funcionárias e outros pais que eventualmente estivessem presentes na recepção e estes pensassem que os bebês estivessem sendo maltratados, ou que eram más profissionais; 2) pelo fato de que a qualquer momento poderia ocorrer uma visita de novos pais ao berçário, e estes não poderiam ver os bebês chorando, para não terem uma má impressão.

As educadoras demonstraram intensa preocupação e ansiedade em atender às expectativas dos pais e da instituição, mesmo estando em discordância com o que deveria ser feito.

Em relação à importância dos cuidados de higiene não foi observado diferença em relação à percepção das educadoras da creche conveniada.

Não foram observadas atividades pedagógicas dirigidas. As educadoras permaneciam o tempo todo com as crianças, cuidando e brincando com o que elas demonstrassem interesse.

Neste CEI, não foi observado predomínio de uma visão assistencialista ou pedagógica, mas uma necessidade de cuidar das crianças de maneira a agradar os pais e a instituição, em alguns momentos perdendo-se o olhar para as necessidades da criança.

Acompanhamento dos bebês através do iridi

Os 17 bebês de ambas as instituições foram acompanhados semanalmente através dos IRDIs. Os bebês cujos indicadores ausentes não se tornassem presentes com as intervenções realizadas junto às educadoras, o procedimento ético consistia em convidar os pais para uma conversa e realizar o encaminhamento para o atendimento psicanalítico por outra pesquisadora, participante da pesquisa. Dos 17 bebês acompanhados nestas instituições, foi necessário o encaminhamento de apenas um bebê, que frequentava o CEI da rede conveniada, que apresentava ausência de vários indicadores de risco psíquico.

No CEI da rede conveniada percebeu-se 6 indicadores de risco de desenvolvimento psíquico ausentes, sendo quatro deles do eixo teórico *estabelecimento da demanda*, um do eixo *alternância presença/ausência* e um do eixo *função paterna*. No CEI da rede particular, constatou-se a ausência de 9 indicadores, sendo um deles o único referente ao eixo *suposição do sujeito*, 3 do eixo *estabelecimento da demanda*, 3 do eixo *alternância presença/ausência* e 2 do eixo *função paterna*.

Interessante notar que, apesar do CEI da rede privada oferecer uma rotina mais individualizada às necessidades da criança e disponibilizar uma proporção mais favorável da quantidade de educadores por bebê, encontramos ausente o único indicador do eixo *suposição do sujeito*, indicativo de risco psíquico: quando a criança chora ou grita a professora sabe o que ela quer. A ausência deste indicador parece estar relacionada com a necessidade observada, por parte das educadoras, em calar este choro o mais rápido possível para que pais ou outros funcionários não o escutem, recorrendo à chupetas e paninhos sem ocupar-se do tempo necessário à compreensão do que a criança quer comunicar através deste choro. Desta forma, fica comprometida a possibilidade de antecipação, pelo educador, de um sujeito psíquico no bebê, antecipação esta fundamental para a construção da subjetividade (KUPFER, 2009).

No CEI conveniado, 4 dos 6 indicadores encontrados ausentes estão relacionados ao eixo teórico *estabelecimento da demanda*, a partir do qual as reações da criança, como o choro por exemplo, são reconhecidas pela professora

como um pedido que criança dirige a ela, o que permite a construção de uma demanda, uma demanda de amor, que este sujeito dirigirá a todos com quem vier a se relacionar (KUPFER, 2009). O excesso de trabalho vivido pelas educadoras, a necessidade de atender a uma rotina rígida de horários referentes aos cuidados com as crianças, somado a visão assistencialista e pedagógica predominantes, não deixam espaço ou tempo para o reconhecimento das demandas das crianças.

Apesar de contar com uma rotina mais flexível e com maior número de educadoras por criança, o fato do atendimento das educadoras no CEI da rede privada estar voltado prioritariamente ao atendimento das necessidades e anseios dos pais e da própria instituição, parece dificultar não apenas o reconhecimento e atendimento das demandas dos bebês, mas também a possibilidade de aparecimento da resposta por parte da criança verificada na ausência de 4 indicadores do eixo *alternância presença-ausência*. Não se cria um intervalo entre a demanda da criança e a experiência de satisfação no qual a resposta da criança pode emergir, que será base para as demandas e respostas futuras (KUPFER, 2009). A única resposta esperada é a cessação do choro.

Os indicadores referentes ao eixo *função paterna*, encarregado de transmitir os parâmetros sociais e culturais (KUPFER, 2009), encontrados ausentes em ambas as CEIs, foi observado nas crianças que possuíam uma educadora de referência e apresentavam dificuldade em separarem-se das mesmas. Na CEI da rede privada outro indicador ausente, relacionavam-se ao fato das educadoras esforçarem-se em não contrariar as crianças para que as mesmas permanecessem sem chorar.

Após o acompanhamento em serviço e as intervenções durante as reuniões, pôde-se verificar que, ao final, a grande maioria dos indicadores puderam ser verificados nas crianças participantes da pesquisa, nas duas instituições, bem como uma redução na quantidade de indicadores ausentes.

No CEI conveniado, observamos ainda a ausência de 3 indicadores, dos eixos *alternância presença/ausência*, *estabelecimento da demanda* e *função paterna*, respectivamente. Um dos indicadores com uma porcentagem elevada de ausência refere-se ao eixo *função paterna*, provavelmente relacionada ao fato da maioria das crianças não possuir uma educadora de preferência, recorrendo a que permanece presente na ausência de uma delas. Na ocasião da observação, uma das educadoras machucou o pé, precisando afastar-se por 2 meses, sendo observado reação à ausência prolongada apenas em relação às crianças que mantinham com ela uma relação de preferência.

Já no CEI da rede privada, encontramos a ausência de 4 indicadores, sendo 2 do eixo *alternância presença/ausência* e 2 do eixo *função paterna*, respectivamente. Percebeu-se um índice de ausência mais elevado nos indicadores referentes ao eixo *função paterna*. Apesar dos avanços alcançados no acompanhamento em serviço das educadoras em relação a percepção de sua importância como agente de promoção de saúde mental dos bebês sob seus cuidados e no aproveitamento das condições

de trabalho e de particularização dos bebês, ainda permanece fortemente presente a necessidade de atender e agradar aos pais das crianças e a própria instituição. Desta forma, as professoras acabam buscando atender a todos os desejos das crianças que mais se manifestam através do choro ou da birra, na tentativa de evitar tais manifestações.

Ao longo do acompanhamento das crianças, apenas uma criança foi encaminhada para atendimento individual junto a seus pais, do CEI conveniado. O encaminhamento se deu durante o trabalho de acompanhamento em serviço ao perceber-se que, apesar das intervenções junto às educadoras, os indicadores ausentes não se presentificavam. Ao final da pesquisa, apesar da criança ainda estar em atendimento individual com seus pais, os indicadores já haviam se presentificado.

Das 17 crianças acompanhadas com a Metodologia IRDI, 7 delas foram sorteadas, na 2ª etapa da pesquisa, para participarem da Avaliação Psicanalítica aos 3 anos (AP3), sendo 4 do CEI da rede privada e 3 da CEI conveniada, das 7 crianças submetidas à AP3, nenhuma delas apresentou sinais de risco psíquico.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento da busca por CEIs e a longa permanência a que estão submetidas as crianças, não cabe mais somente à família a função de inserir seus filhos na cultura. Os CEIs partilham com a família essa função, em decorrência da entrada das mulheres no mercado de trabalho, das novas configurações familiares, além de uma maior conscientização de que este é um espaço rico para a socialização e o desenvolvimento da criança pequena. Passam a ter importante participação e responsabilidade na formação das crianças enquanto sujeitos.

Apesar das diferenças encontradas nos cuidados com os bebês e crianças pequenas oferecidos nos CEIs da rede privada e conveniado, observa-se a obediência a uma lógica institucionalizada nos padrões da pedagogia escolar que se impõe sobre as crianças e sobre os educadores que vivem grande parte do tempo de suas vidas nesta instituição. As regras e condições de cuidados com as crianças são organizadas como uma estrutura externa que não considera todos os sujeitos envolvidos: educadores, crianças e suas famílias, mas sim a ordem, as aparências, a garantia da realização das tarefas relacionadas à higiene, saúde e segurança. Os CEIs precisam adaptar-se às necessidades das crianças, de acordo com as especificidades de cada faixa etária, não ao contrário.

Sem dúvidas, foram observadas diferenças significativas nos cuidados oferecidos às crianças nas duas realidades observadas. Da mesma forma, pode-se constatar que, cada uma dentro de sua peculiaridade, apresentam fatores institucionais que podem dificultar a construção subjetiva da criança.

Diante deste quadro, faz-se fundamental o acompanhamento em serviço das educadoras de CEIs, tanto da rede pública como da rede privada, para que as

mesmas possam oferecer às crianças um espaço de cuidados promotor de saúde mental.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRASIL. Lei número 9396/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

CAMPOS, M.M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I.M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

CIVILETTI, M.V.P. **O cuidado da criança pequena no Brasil escravista**. *Cad. Pesq. São Paulo*, 1991, v. 76, 31-40, 1991.

CATALDI, M. C. C. **Modificações sociais e a participação da mulher no mercado de trabalho**. In Gayotto, M. L. C. et al. *Creches: desafios e contradições da criação da criança pequena*. São Paulo: Leone, 1992.

DAVIES, J.; BREMBER, I. **The effects of gender and attendance period on children's adjustment to nursery classes**. *British Educational Research Journal*, v. 17, 73-82, 1991.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Anuário dos trabalha-dores* (8ª ed). São Paulo: Autor, 2007.

FARIA, S.C. **História e políticas de educação infantil**. In: FAZOLO, Eliane et al. *Educação Infantil em Curso*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de recuperação automática-SIDRA: Censo demográfico*, 2010. Recuperado em 26 de dezembro de 2015, de: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

KUPFER, M. C. M. et al. **Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica**. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online*, v. 6(1), 48-68, 2009.

KUPFER, M. C. M.; PESARO, M. E. **Metodologia IRDI - uma intervenção com educadores de creche a partir da psicanálise**. *Anais Colóquio de Psicanálise Com Crianças*, 2, São Paulo, 2012.

MARIOTTO, R. M. M. **Cuidar, educar e prevenir: As funções da creche na subjetivação de bebês**. São Paulo: Escuta, 2009.

OLIVEIRA, Z. M., MELLO, A. M., VITÓRIA, T. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Creches: Crianças, faz de conta & cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

ROSEMBERG, F. (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

SÃO PAULO. Secretária Municipal da Educação. Portaria nº 3477, de 8 de julho de 2011. Institui normas gerais para celebração de convênios no âmbito da Secretaria. **Diário Oficial da União**. São

Paulo, SP. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=09072011P%20034772011SME.>

SPITZ, R.A. **Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric condition in early childhood (I)**. *Psychoanal Study Child*, v.1, 53-74, 1945.

VASCONCELOS, C. R. F.; AMORIM, K. de S.; ANJOS, A. M. dos; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **A Incompletude como virtude: interação de bebês na creche**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.16-2, 293-301, 2003.

VERNY, T. R; WEINTRAUB, P. **O Bebê do Amanhã - um novo paradigma para a criação dos filhos**. São Paulo: Editora Barany, 2014.

WINNICOTT, D. W. **Desenvolvimento emocional primitivo**. In D. W. Winnicott (Org.), *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (2ª ed. pp. 269-285). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. (Original publicado em 1945)

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antropologia 18, 202, 203, 207, 208, 211, 212

C

Ciência 17, 72, 81, 97, 156, 247, 260

D

Direitos humanos 91, 180, 212, 262

E

Educação 36, 49, 52, 82, 85, 87, 89, 91, 94, 95, 120, 122, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 176, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 201, 236, 241, 242, 259, 260, 261, 263, 266

Empreendedor 106, 107, 114, 117, 120, 121

Estudantes estrangeiros 70, 81

Extensão universitária 84

G

Gestão democrática 170

I

Indígenas 202

J

Justiça 190, 191, 199, 224, 231, 245, 246, 248, 249, 257, 260, 263, 264, 267

M

Medicina 20, 52, 53, 54, 62, 137, 231, 233

P

Poliomielite 63, 65, 66, 67, 69

Programa bolsa permanência 181

R

Redução de danos 18

Robótica 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

S

Saúde 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 31, 33, 34, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 76, 95, 97, 98, 104, 122, 126, 152, 231, 233, 234, 238, 239

Saúde mental 95, 104

Sustentabilidade 34, 90

T

Terapia cognitivo-comportamental 36

Transtornos específicos de aprendizagem 36

V

Vilipêndio 213, 216, 220

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-515-0



9 788572 475150